

Uma Perspectiva da “Nova” Conflitualidade Africana

Luís Bernardino

Major de Infantaria do Exército. Mestre em Estratégia pelo ISCSP e Doutorando em Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa

Resumo

Ao longo do século XX, o fenómeno da conflitualidade alterou-se radicalmente no mundo. Dos conflitos entre super potências e blocos militares, típicos da Guerra Fria, passamos a assistir ao surgimento de conflitos de predominância intra-estatal, que traz a conflitualidade para dentro dos Estados. Esta “nova” conflitualidade levou ao aparecimento de novos actores transnacionais que, por se sobrepor ao Estado, passaram a dominar a atenção da Comunidade Internacional. A temática dos conflitos regionais adquiriu, por isso, actualmente, uma outra relevância, passando a associar a segurança com o desenvolvimento sustentado, pois *“sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança”*. No continente africano, especialmente na África Subsariana, esta dinâmica geoestratégica, conduziu a um crescimento dos conflitos regionais, contribuindo para uma maior intervenção da Comunidade Internacional nestes espaços. Estas intervenções visam globalmente contribuir para a consolidação do *“African Ownership”*, com vista a operacionalizar a Arquitectura de Segurança e Defesa Africana, garantindo aos africanos a capacidade de intervirem na resolução dos *“seus”* próprios conflitos regionais.

Abstract

“New” Conflicts in Africa: a Perspective

During the 20th century, the phenomenon of conflict radically changed around the world. The change concerns the transformation from interstate conflicts to conflicts predominantly intra-state, which leads to the appearance of some actors which overpower the State, dominating the attention of the International Community. The theme of these conflicts acquired a new relevance, connecting security with sustainable development, because: “without security it’s not possible to have development and without development there is no security”. On the African Continent, especially in sub-Saharan Africa, this geostrategic dynamic led to a growth in intra-state conflicts, contributing to greater intervention by International Community. This co-operation aims to contribute to a consolidation of the “African Ownership”, in order to support the Architecture of Security and African Defence, which guarantees Africans the capacity to intervene in the resolution of “its” regional conflicts.

“...A antiga ordem bipolar da Guerra Fria proporcionou uma espécie de estabilidade. A Guerra Fria exacerbou uma quantidade de conflitos no Terceiro Mundo... o conflito não terminou com a morte dessa ordem bipolar. Ele tem, contudo, fontes diferentes...”

Joseph S. Ney, Jr. In “Compreender os Conflitos Internacionais Uma Introdução à Teoria e à História” (2002), pp. 274-275

Introdução

Como temos vindo a constatar, a conflitualidade no mundo actual, fruto das alterações conjunturais na ordem internacional tem vindo a alterar-se radicalmente. A sua análise, como fenómeno social e das sociedades, não é agora tão espontaneamente entendível e previsível como fora no período da Guerra Fria. Complicaram-se os fenómenos da Polemologia,¹ pois as causas dos conflitos são agora multidimensionais, os actores são transnacionais, a geopolítica apresenta uma dinâmica regional própria e como supracitado por Joseph Ney Junior, as “fontes são diferentes...”. Nesse sentido, o estudo dos conflitos regionais e dos conflitos intraestatais em particular, ganhou uma relevância acrescida, conseguido principalmente à custa de correlações casuísticas, de explicações multidimensionais e de comparação com modelos ocidentalizados, procurando-se estabelecer aquilo que alguns autores designam por “Teoria dos Conflitos Internacionais”, levando consequentemente ao surgimento de uma miríade de modelos de análise, no intuito de os compreender e tendo como objectivo maior, reunir as condições para “lidar” com esses conflitos (Diehl, 2005, 90).

Neste prisma, a análise da actual conflitualidade, principalmente voltada para a matriz africana e nomeadamente na sua vertente Subsariana, considerada actualmente a mais violenta e inóspita, é apresentada como um modelo de análise sistémica que enquadra as diferentes causas desses conflitos regionais e os procura alinhar de acordo com as suas “rootcauses”, no âmbito da sua prevalência, os designados conflitos intraestatais

1 Polemologia ou “Palemologie”, é um termo apresentado por Gaston Bouthoul (1896-1980), para designar o estudo sociológico dos conflitos e da guerra, o qual considera que a guerra tem como base a heterofobia, ou seja, a tendência que cada um tem para temer o outro, por este ser diferente, uma heterofobia, considerada como um factor de agressividade negativa, assumindo uma definição instrumental de guerra, entendendo-a como “luta armada e sangrenta entre agrupamentos organizados” (Sousa, 2005, 144).

regionalizados. Este artigo retracta uma perspectiva desta “nova” conflitualidade, uma forma de sistematizar as causas e perspectivar as consequências regionais e globais desses conflitos, pois sem percebermos a raiz do conflito, nunca estaremos em condições de intervir ao nível da sua efectiva prevenção ou resolução.

A conflitualidade no mundo, a “previsível” mudança...

Numa caracterização abrangente da conflitualidade mundial, focando-nos especialmente na segunda metade do século XX, podemos constatar que o mundo, se “*encontrava dividido por duas lideranças que se digladiavam, delimitando dois campos em cujas fronteiras ocorriam por «delegação», os conflitos entre os respectivos centros políticos*” (Santos, 2006, 11).

Este dilema de segurança, resultando numa bipartição do globo em esferas de influência e mantendo-se a divisão estratégica entre um mundo Ocidental (liderada pelos EUA) e Oriental (representada pela URSS) resultou, contudo, numa dispersão crescente de conflitos regionais um pouco por todo o globo. Este mecanismo de constante “*auto regulação*” da conflitualidade, que era a Guerra Fria, é caracterizado globalmente por um ambiente de relativa “*precaução estratégica*” (Ibidem) que contribuía para uma estabilidade e contenção dos conflitos interestatais no mundo. No entanto, apesar de subordinados à bipolaridade e ao supracitado “*equilíbrio estratégico*”, alguns movimentos de libertação, descolonização e de autodeterminação, bem como outros conflitos agora tipicamente intraestatais proliferavam um pouco por todo o globo, principalmente no continente africano e mais intensamente na região Subsariana.

Actualmente, enquanto não alcançamos a já apregoada «nova ordem», em que se procura restabelecer o equilíbrio no Sistema Político Internacional, baseado agora num mundo mais seguro, democrático, racional e justo, constatamos que o ruir da «antiga ordem» conduziu a uma crise nas Relações Internacionais, com reflexos directos na “nova” conflitualidade em praticamente todo o globo, pois a globalização da conflitualidade intraestatal é agora uma realidade. Esta crise reflecte-se na alteração da natureza e do propósito dos próprios conflitos que, afectando a estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, criam uma força crescente de tensões entre os processos de integração social e de descolonização, derivando na conseqüente desagregação das entidades “Estados”, pois estes “...ocupavam o lugar da confrontação estratégica e ideológica do período da Guerra Fria...” (Viana, 2002, 31). A procura da «nova ordem», veio salientar a crescente importância dos conflitos regionais em detrimento de conflitos à escala

mundial, em que o Estado ocupa ainda um papel fundamental e central na sua gestão, embora, conforme refere Adriano Moreira, este “...venha ocupando cada vez menos um papel de actor preponderante nas relações no Sistema Político Internacional...” (2002, 374-376).

Esta constante diálise entre Estados, Organizações e os novos actores (ONG’s, OIG’s, actores transnacionais e individuais) em zonas de conflito, conduziram ao surgimento de uma nova mentalidade na abordagem aos conflitos regionais, passando a ser tema de discussão obrigatória, estrategicamente vital e por esse motivo, a constar em praticamente todas as negociações, conferências e agendas internacionais pois, como refere Henry Kissinger, o “...Sistema Internacional actualmente é caracterizado por uma aparente contradição: por um lado, uma fragmentação e por outro, a globalização crescente...” (2002, 17).

Esta globalização trouxe, em determinadas regiões do globo, a fragmentação do poder e das sociedades, nomeadamente em África, onde se assistiu a uma fragmentação do poder do Estado e a marcantes clivagens sociais, religiosas, políticas e militares entre as elites governativas e as populações desamparadas. A alteração radical da natureza dos conflitos, veio mostrar que estes deixaram de ser compreendidos pela Polemologia, que enumerava sólida e metodologicamente as causas das guerras e os riscos elevados da Guerra Fria, para enfrentar uma lista pesada de novas e transnacionais ameaças que se equilibra agora numa equação com múltiplas e desconhecidas variáveis.

Quanto à estrutura de distribuição do poder e principalmente aos processos de desagregação dos Estados, creio que são causa e efeito do mesmo problema, na medida em que a multiplicação de Estados ditos “frágeis”,² “falhados”, “inviáveis” ou “exíguos” (Moreira, 2002, 380), associado à falta do apoio das ditas super potências, conduziu a uma proliferação dos conflitos no interior desses Estados e ao consequente crescimento dos conflitos regionais, uma constatação do globalismo crescente das sociedades actuais. As ameaças actuais à paz e à democracia no mundo, com algumas excepções recentes (Iraque, Afeganistão, Palestina e Líbano), traduziram-se neste novo século, num ligeiro declínio da matriz global dos conflitos no mundo, em que “as crises internacionais tornaram-se menos comuns e foram sendo resolvidas preferencialmente por via da diplomacia, em detrimento do emprego da força.” (Marshall e Gurr, 2004, 20). Constatamos ainda que a

2 Entende-se globalmente por “Estados Frágeis”, os Estados que são afectados por crises e conflitos endémicos, ou por catástrofes naturais, onde existe uma falta de credibilidade, de legitimidade ou de eficácia, na gestão dos assuntos públicos, colocando em evidência a falência das suas funções vitais - a segurança e o bem-estar das suas populações e contribuindo, a prazo, para a sua falência.

evolução da conflitualidade fez progredir a dimensão da diplomacia preventiva, da negociação e da mediação, procurando-se ao nível global, resolver pela via pacífica os conflitos regionais, sendo esse também um dos aspectos característicos desta “nova” conflitualidade no mundo.

No relatório anual elaborado pela *University of British Columbia* sobre a evolução da conflitualidade no mundo,³ apresentam-se alguns dados estatísticos que permitem não só confirmar uma tendência para um decréscimo geral da conflitualidade intrínseca no mundo, como constatar uma predominância dos conflitos intraestatais em detrimento dos interestatais e identificar ainda uma alteração radical no número de vítimas, na distribuição geográfica, tipologia e móbil dos mesmos. Da análise atenta deste relatório, pode-se identificar complementarmente algumas características da evolução dos conflitos no mundo, que passamos a salientar:

- O número de conflitos armados no mundo teve um decréscimo de mais de 40% desde o início dos anos noventa até ao presente, numa inversão significativa da curva da conflitualidade que vinha em crescimento desde a década de 50;
- Entre 1991 e 2004, começaram ou reacenderam-se 28 conflitos no mundo, ligados maioritariamente a movimentos de auto determinação, enquanto 43 foram considerados contidos ou tinham mesmo terminado. Em 2004, existiam no mundo 25 conflitos activos (essencialmente de índole separatista), o número mais baixo desde 1976;
- O número médio de baixas causadas por conflitos armados e por ano, decresceu consideravelmente desde 1950. Em 1950, a média de baixas situava-se nas 38 mil pessoas (por conflito) e em 2002, era de 600 pessoas;
- O número de golpes militares tem vindo a decrescer há mais de 40 anos. Em 1963, ocorreram 25 tentativas de Golpes de Estado em todo o mundo (o índice mais elevado desde 1950) em 2004, aconteceram 10 tentativas de Golpe de Estado (todos falharam), o que corresponde a um decréscimo de cerca de 60%.
- No início do século XXI, a África Subsariana tornou-se na região mais violenta do mundo, registando mais conflitos regionais e maior número de baixas, que o somatório de todos os conflitos regionais em todas as outras regiões no mundo.

3 O “*Human Security Report 2005 - War and Peace in the 21st Century*”, é um relatório anual elaborado pela “*University of British Columbia*” (Canadá), sendo actualmente uma referência mundial na análise da conflitualidade. Este documento retrata metodologicamente e de uma forma sistemática a evolução dos fenómenos da conflitualidade na actualidade em todo o mundo. [<http://www.humansecurityreport.info/content/view/28/63/>].

A ameaça global de conflitos armados entre potências e blocos de nível mundial, de guerras interestatais, característico da Guerra Fria, deu lugar actualmente a conflitos regionais de baixa, média e de alta intensidade, que proliferam a nível regional, trazendo a conflitualidade para dentro dos Estados, em que os principais actores, nem sempre são os próprios Estados. Após a queda do muro de Berlim, mais concretamente na segunda *“metade da década de oitenta, a conflitualidade mundial decresceu cerca de 16%, atingindo em finais de 2004, o nível mais baixo desde 1950...”* (Marshall e Gurr, 2005, 11).

Constata-se assim, actualmente, uma tendência para um decréscimo generalizado do índice de conflitualidade no mundo, assistindo-se a uma diminuição dos conflitos intraestatais e a uma estabilização no número de conflitos interestatais, apesar da ameaça de conflitos inter-estados e/ou de coligações de Estados que sejam actualmente uma realidade e uma forte probabilidade no futuro. Neste intuito, a prevalência do envolvimento crescente das várias organizações universalistas em congregar esforços na resolução dos conflitos regionais, conferiu uma dimensão global aos conflitos regionais e intraestatais.

Em suma, importa reter que, entre 1990 e 2004, de acordo com as estatísticas apresentadas no relatório supracitado, foram registados 57 conflitos armados no mundo, dos quais quatro são de matriz interestatais e 53 desenrolam-se no interior do território do Estado (intraestatais). Destes 53 conflitos, em 29 lutava-se pelo acesso ao poder e nos outros 24, por questões meramente territoriais ou por traçados de fronteiras, constituindo-se desta forma, nos dois principais factores que, intimamente associados à disputa pelo acesso a recursos minerais estratégicos, às lutas religiosas e à disputa pelo acesso ao poder, formam as principais causas dos conflitos regionais na actualidade (Gresh et. al., 2006, 40).

Uma perspectiva geopolítica dos conflitos no mundo

Os fenómenos relacionados com os conflitos e com a paz, normalmente não surgem por acaso, não são um fenómeno inexplicável, pelo contrário, ambos são gerados e influenciados por fenómenos próprios e intrínsecos nas dinâmicas das sociedades. John Keegan refere a este propósito que, *“...a história conhecida do mundo é, em grande parte, uma história de guerras, porque os Estados em que vivemos nasceram através de conquistas, combates cívicos, conflitos ou lutas pela independência...”* (2006, 505). Neste âmbito e corroborando uma linha positivista pura, assumida para a explicação teórica da geopolítica

dos conflitos no mundo, considera-se que globalmente os conflitos evoluem com a Humanidade e a Humanidade cresce com os conflitos, pois os Estados que conhecemos actualmente foram conseguidos e mantidos à custa de lutas, guerras e muito sangue.

Estes fenómenos de natureza cíclica, sempre presente e que marcaram a nossa história universal, afectam e são afectados, principalmente, por factores endógenos, como o acesso e a luta pelo controlo de determinados recursos naturais (especialmente energéticos ou geradores de recursos financeiros avultados), de determinada porção de território, pelo acesso ao poder ou por conflitos tipicamente religiosos. Mas também devemos considerar alguns factores exógenos (exteriores ao conflito, mas que influenciam directamente o desenrolar do mesmo), como a conjuntura internacional geo-localizada, a intervenção da sociedade internacional e as tendências geopolíticas e geoestratégicas do momento. Por estas razões são considerados acontecimentos conjunturais, processos dinâmicos, ligados a actividades que variam em função do tempo, do espaço, dos interesses vigentes, dos actores envolvidos e das condições conjunturais associadas, podendo degenerar em violência e numa fase mais aguda, numa crise ou escalar mesmo para uma guerra.

Esta “nova” conflitualidade apresenta, segundo alguns autores como vimos, como principais tendências conjunturais, um declínio significativo no número de guerras interestatais, relativamente ao aumento de conflitos no interior dos Estados, assistindo-se a uma concentração destes conflitos no designado “Terceiro Mundo”. Este fenómeno tem uma principal incidência em África,⁴ onde o seu aparecimento é o resultado do processo de construção, falência e fracasso das estruturas dos Estados e da inviabilidade destes em assegurar as suas principais funções, nomeadamente o de garantir o desenvolvimento sustentado e a segurança das suas populações (actualmente centrado na segurança humana).

Os conflitos que marcam a actualidade são simultaneamente causa e consequência das razões de fundo que lhes estão associados, nomeadamente pelo facto desses conflitos ocorrerem maioritariamente em países “abandonados” pelas ditas grandes potências após o final da Guerra Fria e da inconsistência dos regimes políticos entretanto criados, que não puderam, ou souberam, fazer a transição de país colonizados para um Estado

⁴ África é, depois da Ásia, o segundo maior continente em população, e o terceiro em extensão, depois da América. Tem cerca de 30 milhões de km², cobrindo 20,3% da área total da terra e cerca de 800 milhões de habitantes em 54 países, representando actualmente cerca de 15% da população mundial (África, 2006).

democrático, próspero e livre. Estes países apresentam, contudo, algumas características em comum e que justificam uma preocupação acrescida da Comunidade Internacional no desenrolar das suas actividades como Estado, nomeadamente porque estão imersos numa profunda crise económica e social, não garantem os serviços sociais mínimos, o tecido social está desmembrado e existe nalguns casos extremos, repressão política, religiosa ou até social. Estes factores de forma isolada ou por norma, cumulativamente, vêm adquirindo proporções de reconhecida relevância regional e mundial, afectando não só a estabilidade dessas regiões, mas principalmente a segurança global, pois uma maior instabilidade regional a Sul, reflecte-se num maior grau de insegurança global a Norte.

Outros aspectos apontados para esta concentração de causas em espaços exíguos, é a influência dos factores locais e internos, nomeadamente a tensão demográfica nesses espaços, aspectos de natureza ideológica religiosa, racial e política, bem como ainda factores relacionados com a insegurança das populações. Neste âmbito, a fragmentação regional dos continentes, a busca de identidade cultural e civilizacional e a manipulação das populações, quer seja por pressão política, económica, racial ou religiosa, são resumidamente os principais aspectos geopolíticos que conduzem ao surgimento de conflitos nestes Estados e nessas regiões (Fisas, 2004, 52-62).

Releva-se ainda o facto de a excessiva militarização ao estilo ocidental, ocorrida em África nas décadas que se seguiram a 1945, constituir um fenómeno intimamente associado à conflitualidade africana, sendo o catalisador específico de muitos destes conflitos que chegaram até aos nossos dias, em que o facto de ter havido “...*despesas excessivas em armamento, subordinação dos valores civis aos militares, proeminência das elites militares auto proclamadas e mesmo o recurso à guerra...*”, potenciaram enormemente o recrudescimento da forma marginal da violência entre povos, etnias e até entre governos e Estados (Keegan, 2006, 498).

Alguns destes conflitos armados, contrariamente ao passado recente, parecem ter em comum a ausência por excelência da resultante militar no seu epílogo. Dir-se-ia até que alguns destes conflitos não terminaram graças a uma vitória militar e que, como refere Luís Moita, “...*acabaram por via da negociação pacífica, da diplomacia, ou por desfecho político, ou simplesmente por inanição...*” (2004, 125), aspecto que, embora nalguns casos seja contraproducente, se deve a uma maior intervenção da Comunidade Internacional e a uma alteração do sistema interno de gestão de conflitos e de apoio ao desenvolvimento sustentado. Este singular aspecto mostra que a evolução verificada na outra face da moeda dos conflitos, a realização da paz, também evoluiu grandemente, caminhando-se

no sentido de criar mecanismos tendentes a resolver, de uma forma eficaz, as contendas regionais associadas a interesses divergentes em espaços confinados.

Assume especial relevância neste âmbito, a designada diplomacia preventiva e a intervenção de organizações internacionais e regionais credíveis como agentes da mudança para a paz. Contudo, o aparecimento de novas ameaças de natureza global e com especial incidência nos conflitos assimétricos, nomeadamente: o terrorismo, a fragmentação das forças políticas, a proliferação de armamentos e o surgimento de estratégias conducentes ao genocídio, são ainda assim, as causas mais gravosas desta “nova” conflitualidade (Idem, 62). Os aspectos relacionados com a evolução dos conflitos no mundo também estão directamente relacionados com o crescimento das despesas militares dos Estados face ao seu Produto Interno Bruto (PIB), em que a introdução de outros tipos de armas e ameaças, conduziram a uma perspectiva inovadora da evolução dos conflitos no mundo. Estes conflitos “integrados”, onde se cruzam múltiplos objectivos, novos actores e outros interesses, com os tipicamente já existentes, criam uma amálgama de agentes e factores destabilizadores regionais, que conferem a África o epíteto de *“continente mais perigoso do mundo”*.

Em suma, podemos verificar que a evolução realizada no Sistema Político Internacional com reflexos directos na nova ordem internacional, traduziu-se no pós Guerra Fria, a uma alteração na forma da conflitualidade no mundo, não só relativamente à sua intensidade, mas principalmente à sua tipologia, envolvência global, motivações e muito em especial na sua geografia e geopolítica. Assim, os conflitos evoluíram tendencialmente para dentro dos Estados, passando a trazer novos actores e outras dimensões para o problema. Neste contexto, os conflitos de raiz intraestatal passaram a ser vistos pela sociedade internacional, como a principal ameaça ao desenvolvimento sustentado global, carecendo por isso de uma intervenção estruturada, multidisciplinar, integrada e, acima de tudo, estrategicamente global e convergente. Esta realidade, em regiões como a África Subsariana, a América do Sul, a Ásia e mais recentemente o Médio Oriente, mostraram-nos uma nova realidade do grau de complexidade dos actuais conflitos no mundo e das dificuldades encontradas pela Comunidade Internacional na sua prevenção e resolução, dificultada ainda pelos interesses quantas vezes divergentes dos Estados e das organizações que se encontram na sua tentativa de resolução.

As influências da “nova” conflitualidade na conflitualidade africana

A ameaça global de conflitos armados entre potências e blocos de nível mundial envolvendo guerras interestatais deu lugar, actualmente, como vimos, a conflitos predominantemente intraestatais de intensidade variável, que proliferam a nível regional, trazendo a conflitualidade para dentro dos Estados, em que os múltiplos actores, tentam sobrepor-se e assumir as funções dos Estados, pois este simplesmente não existe.... Estes actores representam, na “nova” ordem internacional, um factor de instabilidade da conflitualidade regional, passando a introduzir na equação do conflito, variáveis que ainda não são perfeitamente compreendidas pela Comunidade Internacional, dificultando sobremaneira a sua compreensão.

Esta “nova” ordem conflitual vem salientar a crescente importância dos conflitos regionais, com novos actores, novos Estados e ligações geoestratégicas inovadoras, em detrimento dos grandes conflitos à escala mundial, onde tudo estava previsto, regulado e estrategicamente estudado. Estes conflitos “menores”, afectam e são afectados, como vimos, por alguns factores endógenos ao próprio conflito, nomeadamente a luta pelo acesso a recursos naturais, os interesses dos actores em disputa, o litígio por territórios e fronteiras, o acesso ao poder ou a influência religiosa e por factores exógenos, como a conjuntura internacional e a geopolítica do momento, razão pela qual são considerados acontecimentos conjunturais, processos dinâmicos, ligados a actividades que variam em função da geopolítica, dos interesses em causa, dos actores envolvidos, da geoeconomia, da conjuntura internacional do momento e da geoestratégica, assumindo actualmente uma especial incidência e acrescido grau de importância e pertinência no espaço africano, nomeadamente na região Subsariana.

Nestes acontecimentos conjunturais, deve-se dar especial relevo aos atribulados processos de descolonização⁵ pois, na grande maioria dos países em África, estes processos conduziram à falência do Estado africano e levaram reciprocamente, à fragmentação regional do continente africano. Este singular aspecto conduziu à luta pela identidade cultural e civilizacional e, devido à manipulação das populações, às pressões políticas, económicas e raciais ou religiosas, levou conseqüentemente ao surgimento de conflitos no interior destes Estados, constituindo-se nos aspectos geopolíticos primordiais desta “nova” conflitualidade em África (Fisas, 2004, 52-62).

⁵ Entre 1945 e 1975, durante cerca de trinta anos, os processos de descolonização foram responsáveis por fazer desaparecer o essencial dos impérios europeus, subverteram o mapa do mundo e foram responsáveis pelo triplicar do número de Estados (Boniface, 2000, 24-25).

Noutro âmbito, uma “globalização liberal” em vários aspectos (económicos, militares, sociais, religiosos, etc.) constitui-se numa das principais características do mundo actual, provocando uma crescente polarização e hierarquização entre os países e entre as regiões (Gresh et al., 2004, 22). Globalizar significa, pois, transportar as influências e as consequências de um determinado acto ou acontecimento para patamares maiores, afectando outros espaços e outros actores, e que, numa perspectiva maior, pode afectar todo mundo. Como exemplos, podemos referir: os processos de comunicação (pelo acesso fácil e rápido à informação), os fluxos de capitais à escala mundial e as participações globais nas economias regionais, responsáveis por trazer para a ribalta da cena internacional, espaços e continentes até agora quase “esquecidos”.

A relevância de África no contexto mundial vem por essa via, assumindo um maior grau de importância geoestratégica, assistindo-se a um incremento dos interesses de actores estatais e não estatais neste continente, constituindo-se como terra de oportunidades, quer económicas, estratégicas, financeiras e geradora de influências políticas conjunturais. Esta pressão sobre as economias, os recursos naturais estratégicos, as elites sociais, os governos e, em último rácio, sobre as desamparadas populações, tem contribuído para uma instabilidade regional crescente, conduzindo a uma globalização da conflitualidade regional africana no continente que actualmente mais sofre no mundo.

O facto dos conflitos em África terem mudado de natureza, associado a algum desinteresse dos países desenvolvidos em se envolverem directamente na sua prevenção e principalmente na resolução destes conflitos, aponta para uma alteração de mentalidades e principalmente de políticas africanas de e para África. A nível continental é evidente uma vontade dos africanos em garantir capacidades próprias que possibilitem uma maior autonomia na resolução dos “seus” conflitos regionais, embora existindo o interesse em que o “...*financiamento e a assessoria sejam favoráveis aos países desenvolvidos, mas a intervenção directa de contingentes militares caberá preferencialmente a tropas africanas.*” (Cardoso e Ferreira, 2005, 21).

A segurança em África é considerada actualmente no contexto mundial, uma prioridade estratégica pois, como sabemos, sem segurança não existe desenvolvimento sustentado e sem desenvolvimento não podemos ter segurança. Não a segurança clássica do Estado ou das suas organizações, mas a dimensão da segurança “real”, sentida e centrada na pessoa humana. Esta realidade actual mostra-nos que se evoluiu do conceito de segurança clássico, para um conceito de segurança humana,⁶ abandonando o conceito de

6 A segurança humana consiste na forma como o povo vive e respira numa sociedade que faz livremente as suas escolhas variadas e tem acesso ao mercado e oportunidades sociais (Cardoso e Ferreira, 2005, 23).

identidade de segurança nacional, centrado no Estado, para o de segurança humana, focalizado agora nas sociedades, nas populações e em último rácio, no ser humano. No relatório já citado, produzido pelo *Human Security Centre* na *University of British Columbia*, o conceito de segurança humana, é apresentado como uma “*relação complexa entre as ameaças associadas às guerras civis, ao genocídio e ao movimento de refugiados, num conflito, estando intimamente relacionado com a segurança nacional*”, mas afirmando contudo que “...*ter um Estado seguro não implica automaticamente haver segurança humana nesse Estado...*” (2006, viii).

Este novo paradigma da segurança, evoluiu nestes espaços no sentido de conferir uma maior protecção e grau de segurança próximo das populações, pois estas são constantemente afectadas pelos conflitos regionais. Este fenómeno geoestratégico complexo, teve em África enormes repercussões, constatando-se a existência na história recente, de massacres e genocídios ainda não cabalmente estudados ou encontrados (e julgados) os verdadeiros culpados (Ruanda, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Somália, Sudão e Darfur).

Neste âmbito, existe a necessidade de se adoptar uma visão de segurança que ultrapasse em muito a segurança do Estado, focalizando a segurança no indivíduo e criando sistemas de segurança que protejam as normalmente desamparadas populações. Esta percepção deriva do facto de, após a Guerra Fria, os maiores problemas securitários dos Estados terem origem precisamente no seu interior e serem em larga medida, questões sem qualquer tipo de cariz militar. Este aspecto característico desta “nova” conflitualidade, afecta directamente a sociedade e a forma de vida das populações, constatando-se um crescimento no número de vítimas entre a população civil, normalmente superior ao número de baixas produzidas pelos confrontos militares. Os danos colaterais levam os Estados e a sociedade internacional a criar sistemas de amortecimento dos efeitos dos conflitos nas mulheres, crianças e nas populações em geral. Este aspecto, em África, tem sido difícil de aplicar, pois estas continuam a ser as principais vítimas dos conflitos regionais que aí predominam.

Embora o Estado africano, apesar de todas as suas fraquezas, se enquadre em alguns casos, num contexto de relativa estabilidade, é ainda o principal agente de segurança e responsável pela protecção dos seus cidadãos. Os problemas internos e também os problemas de escala supranacional, têm de ser respondidos por Estados ou organizações compostas por estes, havendo a necessidade de os considerar como um dos agentes fundamentais e fulcrais no caminho para a segurança e para o desenvolvimento sustentado no continente Africano. Pode haver Estados sem segurança, mas não existe segurança sem o Estado.

Existe uma percepção crescente de que a segurança em África resulta fundamentalmente da segurança humana e que esta não se garante apenas pelo somatório da segurança de cada Estado, nomeadamente porque as fontes de insegurança vagueiam entre as porosas fronteiras africanas. Constata-se que são garantidas fundamentalmente pelo conjunto da cooperação estratégica entre os Estados e as Organizações Regionais Africanas (ORA). Neste sentido, estes últimos ao assumirem esta responsabilidade, constituem-se num elo privilegiado de ligação entre as Organizações Internacionais e os Estados cooperantes, permitindo uma maior participação, conferindo uma perspectiva multilateral e muito mais abrangente da cooperação estratégica para a segurança. Estas modalidades de cooperação podem incluir, num sentido amplo, a Reforma do Sector da Segurança (RSS) e a Reforma do Sector da Defesa (RSD) do Estado africano, contribuindo directamente para um maior índice de segurança humana em África (William, 2005, 5).

O crescimento do pilar da Defesa na construção do Estado é assim o garante da construção equilibrada da sua *“good governance”*, da democracia e da estabilidade governativa, proporcionando às populações o sentimento de segurança necessário para acolherem as estratégias de apoio ao desenvolvimento e os programas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A trilogia definida pela segurança humana, desenvolvimento sustentado e *“good governance”*, são actualmente os factores críticos do sucesso do Estado africano e representam por isso, os vectores privilegiados de preocupação e de integração das estratégias da Comunidade Internacional para África.

A geopolítica dos conflitos regionais no continente Africano

O continente Africano representa actualmente a expressão mais visível da *“nova”* conflitualidade mundial, concentrando grande parte dos conflitos e conseqüentemente dos esforços tendentes à sua resolução. Os Estados africanos e as Organizações Africanas têm vindo a debruçar-se concretamente sobre esta questão, pois os problemas que afectam estes espaços adquiriram uma dimensão transnacional preocupante, ultrapassando fronteiras entre Estados e até entre continentes. Esta já denominada *“globalização”* dos conflitos regionais, afecta directa e indirectamente todo o mundo, passando a constar nas agendas da Comunidade Internacional, pois a segurança no hemisfério Norte passou a depender fundamentalmente da segurança regional e do desenvolvimento sustentado no hemisfério Sul. Em virtude da falência dos Estados africanos, assume vital importância, neste momento, o envolvimento da sociedade internacional em sintonia com as Organi-

zações africanas, contribuindo para incrementar a construção das capacidades regionais, na procura da redução da taxa de conflitualidade intrínseca, no intuito de alcançar a segurança humana e o desenvolvimento para as regiões em conflito neste continente.

Neste cenário de cooperação multilateral, torna-se problemático separar a responsabilidade de segurança das entidades definidas como Estados, da segurança de nível continental e regional, assumida pelos outros actores africanos. Nesta partilha de responsabilidades pela segurança e defesa regional e continental, a recente acção da União Africana e das Organizações Sub-regionais Africanas, que dividiram estrategicamente o continente africano em áreas de responsabilidade, vem assumindo um protagonismo crescente e realizando políticas e estratégias na prossecução da segurança dos seus Estados-membros e da sua região. Estes aspectos fazem com que a segurança de um actor esteja intimamente relacionada com a de outros, mesmo pertencendo a Estados e organizações de níveis e amplitudes geográficas diferentes. Contudo, como refere Samuel Huntington, “...os povos e os países com culturas análogas aproximam-se e os que têm culturas diferentes afastam-se...”, um facto que atesta muitas das aproximações e das separações dentro do espaço africano e que são as “*rootcauses*” desta “nova” conflitualidade (2001, 145).

Actualmente, a análise geopolítica dos conflitos em África, segundo alguns autores, aponta como principal factor de instabilidade regional, a permeabilidade das fronteiras físicas⁷ entre os Estados africanos (geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais), e como causas de constantes disputas inter-étnicas, culturais e religiosas neste continente. Outros autores relevam ainda a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento da maioria dos seus Estados,⁸ numa só palavra,

7 As fronteiras nacionais traçadas para os países africanos, nasceram das imposições saídas da “*Conferência de Berlim*” e do consequente “*Mapa Cor de Rosa*” (Cravino, 2005, 1185), em que um Estado tipicamente colonial era imposto pelas potências colonizadoras que partilharam África sem quaisquer preocupações quanto ao que existia do antecedente. Esta partilha resultou contudo, num instrumento criado para levar a efeito uma tentativa de barrar os conflitos da época. Várias nações, interpretadas no sentido das formações sociais antigas africanas, passaram a estar reunidas dentro de novas fronteiras. Tribos, povos e raças, amigas e inimigas passaram a pertencer ao mesmo espaço colonial, a ter a mesma bandeira, idêntica matriz económica, ideológica, religiosa e cultural. Não se tendo resolvido o problema da conflitualidade africana no século XIX, transportou-se para a actualidade, exponenciando as consequências e multiplicando as causas. No início do século XX, África estava completamente retalhada pelos ocupantes “colonialistas”; um século depois, no início do século XXI, sob essas mesmas fronteiras estariam localizados grande parte dos actuais conflitos regionais em África.

8 No continente africano apenas seis países, a maioria deles na África do Norte apresenta uma percentagem muito baixa da sua população a viver com menos de um dólar/dia e salienta-se que em 2005, 25 dos 29 países com maior dívida externa do mundo localizam-se em África (*African Economic Outlook*, 2005, 3).

aponta-se como factor central a “*crise de soberania do Estado africano...*” (Cardoso e Ferreira, 2002, 13).

Outros especialistas apontam ainda a luta pelo acesso aos recursos naturais e mineiros, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros «minérios estratégicos» e o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como factores indutores de conflitos (Faria, 2004, 9-11). Estes factores geopolíticos supracitados, associados às dinâmicas globais do momento, constituem as principais causas dos conflitos regionais no espaço africano, que tendo como actor principal o Estado, releva crescentemente o papel das ORA nas dinâmicas continentais de proporcionar a segurança e desenvolvimento sustentado para esta região do globo. Contudo, comumente aceite é também o facto dos conflitos em África, independentemente do tipo de causas que lhe dão origem ou estarem associadas, manterem essencialmente uma matriz intraestatal,⁹ estando por norma, ligados à existência de “*Estados frágeis*”, de “soberania adiada” e que pela sua inépcia de assumirem a sua condição de Estado de pleno direito, afectam directamente as suas populações, o próprio país e indirectamente, por via da globalização, a economia mundial e a segurança global (Dempsey, 2006, 2-3).

A matriz governativa dos países africanos reside nos nossos dias, maioritariamente na Autocracia¹⁰ e no Presidencialismo¹¹ de cariz militar ou tribal (Marshall e Gurr, 2005, 16-20). No entanto, o processo de “*Democratização acelerado*” é actualmente bem evidente, tendo havido países que assumiram o compromisso democrático e outros em que “*...a democracia se tornou vítima da miséria...*” (Vaïsse, 2005, 264-265). No entanto actualmente, constata-se que poucos são os regimes que evoluíram para uma Democracia consolidada, contribuindo desta forma também para uma instabilidade regional e continental em África (Lake e Whitman, 2006, 90-92). Constata-se ainda que desde o final da

9 O conflito que opõe a Etiópia à Eritreia, de características eminentemente interestatais, constitui de entre os actuais conflitos em África, nomeadamente na sua porção Subsariana a excepção ao longo da última década. (Faria, 2004, 10). Não se refere o conflito entre Marrocos e o Saara Ocidental, pelo facto de não se considerar a “*República Árabe Sarauí Democrática*”, como um Estado independente, devendo ser incluída nos conflitos intraestatais como um movimento independentista.

10 “*Sistema de Governo no qual a vontade de um só homem constitui a lei suprema*”. Nos regimes autocráticos o acesso ao poder político tem acontecido por processos variados que, de comum, possuem o facto de não resultarem da escolha livre e consciente dos governantes, por parte dos governados. Destes processos destacamos os seguintes: a conquista, a cooptação, a hereditariedade, o sorteio, constatando-se que na actualidade são classificados como autocráticos todos os Estados totalitários (Absolutismo, Ditadura e Totalitarismo) (Soares e Ferreira, 2000, 655).

11 “*Sistema político em que ao Presidente da Republica é reservada a acção preponderante da governação*” (Idem, 5037).

Guerra Fria, se assistiu ao surgimento de um período onde as constantes mudanças nos tipos de governo e de governação, assumiram uma maior predominância face ao passado. Em 1992, o número de autocracias em África, havia decrescido para metade, continuando ainda a diminuir progressivamente. Em oposição, o número de regimes democráticos passou de apenas três, em 1989, para onze em 1994, constatando-se que em 2004, existiam em África, com maior ou menor grau de sucesso, treze regimes democráticos e com tendências para aumentar. (Marshall e Gurr, 2005, 42).

Na geopolítica dos conflitos associados aos regimes políticos, surgem as lutas pelas fronteiras traçadas no século XIX, que em nada ajudaram à limitação dos contenciosos étnico-culturais, contribuindo até para a imposição de autocracias militaristas com lideranças fortes, associadas a aparelhos militaristas repressivos, como forma de conter essas fronteiras e nelas os seus povos. Este novo paradigma colonizador, conduziu no período pós Guerra Fria, ao crescimento da conflitualidade intrafronteiriça em África, bem patente nos períodos de instabilidade nos estágios pós independência. Esta distribuição geográfica dos conflitos e das recentes intervenções da organização das Nações Unidas (ONU), comprovam que a África Subsariana constitui actualmente o enfoque da atenção mundial para a área dos conflitos regionais, levando a um empenhamento crescente da sociedade internacional na esperança de garantir a paz estável, a segurança consolidada e o desenvolvimento sustentado. Estas intenções estão em perfeita consonância com os princípios da ONU e de acordo com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM),¹² assumidos para o início do século XXI pelos Estados que as representam, ou seja, pelo Mundo.

Em suma, podemos dizer que a instabilidade regional em África, traduz-se actualmente numa forma de conflitos e guerras intraestatais, representando uma tensão de longos anos, que os movimentos de descolonização e mais recentemente de tentativa de emancipação económica e governativa, não conseguiram fazer esquecer. Nas zonas onde persiste a conflitualidade transfronteiriça, existem múltiplas tensões, de causas e motivos diversos, fazendo transbordar para as sociedades residentes, os receios e medos dos povos e das etnias que nunca se entenderam. Em África, as zonas de conflito actuais são (salvo raras excepções) as zonas de instabilidade tipicamente existentes ao longo das últimas décadas, para não dizer de sempre.

12 Em Setembro de 2005, o ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, reformulou os ODM, definidos na “Cimeira do Milénio”, em 2000, citando que, de acordo com o relatório apresentado, será praticamente impossível a África Subsariana cumprir a meta de 2015.

Alguns indicadores geopolíticos da África Subsariana

A África Subsariana, também conhecida por “*África Negra*”, corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara,¹³ abrangendo cerca de 90% do espaço africano. Esta imensa região apresenta uma enorme diversidade geográfica, física e principalmente, cultural. Esta heterogeneidade vem sendo em parte explicada pela preservação de uma organização social tribal,¹⁴ que se sobrepõe às fronteiras dos Estados actuais Africanos, levando ao aumento da conflitualidade intrínseca nesses espaços fronteiriços. Constata-se que, enquanto os conflitos entre diferentes grupos étnicos, raças, ou por entrepostos processos de aculturação se desenrolam, estas tensões contribuem para que o Estado se esteja a desmoronar. Como refere a este propósito Ney Júnior, estes conflitos surgem “...à medida que as pessoas tentam estancar o caos, através dos nacionalismos étnicos e do fundamentalismo religioso, os seus Estados debilitados desmoronam-se sobre essa pressão fronteiriça constante...” (2002, 277).

As Nações Unidas (NU) identificaram actualmente no mundo 59 países considerados “prioritários” na sua intervenção em prol do desenvolvimento sustentado. Do grupo de Estados considerados como “necessitados”, constata-se que cerca de 38 ficam situados na África Subsariana, correspondendo a 65% do total de países desta região e a manter-se as actuais tendências macroeconómicas conjunturais, esta será a única região no globo que não alcançará até 2015 os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Alguns dos aspectos que induzem a este paradigma e que são apontados como as principais razões pelas quais a região enfrenta uma crise de desenvolvimento de proporções tão gravosas, referem que metade da população vive com menos de um dólar/dia, uma em cada três crianças não conclui os estudos básicos, uma em cada seis crianças morre antes dos cinco anos de idade e o facto da taxa de pobreza extrema ter aumentado ao longo

13 O deserto do Saara, com aproximadamente, nove milhões de quilómetros quadrados constitui-se como uma barreira natural que divide o continente africano em duas partes distintas quanto aos aspectos humanos, económicos, sociais e religiosos. A Norte encontramos uma organização socioeconómica muito semelhante à do Médio Oriente, formando um mundo islamizado, que exerce uma influência a Sul muito maior do que é influenciada por esta. A Sul temos a África Subsariana em que a variedade étnica está patente na diversidade de formas de cultura, música, arquitectura, religião e indumentária usadas pelos povos desta parte do continente, uma mescla de culturas e etnias que derivam da aculturação a que foram submetidos durante mais de cinco séculos de colonização multilateral (África, 2006).

14 A tribo é uma das mais antigas e elementares formas de organização social, sendo caracterizada pela presença de um território comunitário e pela unidade da língua e das tradições. Dessa maneira, cada tribo é um verdadeiro universo cultural, com as suas tradições e regras bem definidas.

da década de 1990, o que significa que o número de pobres sofreu nesse período um aumento de mais de 74 milhões de pessoas (*Human Security Report 2005*, 2005).

Estes indicadores miserabilistas estão intimamente associados à falência do Estado africano e na inviabilidade deste em garantir a segurança das populações e o desenvolvimento e bem-estar dos seus cidadãos, dependendo substancialmente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da cooperação da Comunidade Internacional, para superar essas carências básicas.

Caracterização da conflitualidade na África Subsariana

Na África Subsariana,¹⁵ a conflitualidade assumiu características especiais, não apenas pela especificidade dos seus países e das etnias e raças que aí habitam, mas principalmente porque a concentração de guerras pela independência, movimentos de libertação e a vaga de democratização durante o período pós Guerra Fria, foi significativa. Depois de 1970, foram referenciados no continente africano mais de 30 conflitos regionais, tendo na sua maioria origem em conflitos internos. Destes conflitos, uma grande parte estavam localizados na metade Subsariana, salientando-se ainda que em 1996, existiam aí 14 conflitos armados que provocaram mais de oito milhões de refugiados e deslocados, constituindo-se num dos maiores flagelos da humanidade no século XX (Faria, 2004, 9).

África é, relativamente às variáveis económicas da globalização, uma região onde os indicadores macroeconómicos são também dos mais fracos, como refere Philippe Hugon, no anuário - "*L'Année Strategique 2005*", onde o autor faz uma análise geoestratégica de todas as regiões do globo. A África Subsariana é citada a valores macroeconómicos de 2004, representando apenas 1% do Produto Interno Bruto mundial, 1% do fluxo de investimentos no mundo, menos de 2% do comércio mundial (quando em 1960, representava 6%) e com uma população de cerca de 12% da população mundial, o que reflecte os desequilíbrios sociais, económicos e de desenvolvimento que a caracterizam (2006, 386).

15 O continente africano tem actualmente cerca de 800 milhões de habitantes, dos quais 500 milhões vivem na África Subsariana. Esse «sub-continente», tem uma taxa de crescimento populacional da ordem dos 2,5% ao ano e uma esperança de vida de 45 anos, o que faz com que seja o continente com uma média de idade menor, com uma população muito jovem. De uma forma geral, a população da África Subsariana apresenta os piores indicadores socioeconómicos do mundo, sendo associada a alguns factores negativos, tais como: a má nutrição; um grau de escolaridade muito baixa; falta de assistência médica; ausência de saneamento básico nos meios rurais e muito deficiente nos meios urbanos e ainda uma elevada taxa de desemprego (África, 2006).

Estes aspectos, do ponto de vista macroeconómico, são também eles caracterizadores desta “nova” conflitualidade neste continente e especialmente nesta região.

Constata-se ainda nesta região, uma disparidade entre a existência de conflitos de baixa, média e de alta intensidade, verificando-se que associado ao primeiro caso, estão conflitos originados por factores económicos e políticos, principalmente devido à marginalização das sociedades (essencialmente conflitos intraestatais), causada pela ruína da estruturação social, levando a grandes movimentações de pessoas em busca de terras mais férteis e principalmente menos conflituosas (Sudão e mais concretamente no Darfur). Por outro lado, os conflitos de média e alta intensidade, desenrolam-se normalmente por influência externa, apesar do conflito se desenvolver no interior de um Estado, mas em que este, na maioria dos casos é manietado, no sentido de aluir a pressões externas ou de grupos de pressão interna, associados por norma a entidades não estatais. Estes conflitos com envolvimento externo, produzem normalmente um grande número de baixas, enormes movimentos de refugiados e abrangem um número apreciável de ONG's e outros actores na sua resolução, constituindo o que alguns autores designam por “*economia de guerra*” (Marshall e Gurr, 2005, 45).

Se pretendermos marcar num friso cronológico os períodos dos conflitos na África Subsariana, segundo alguns autores, verifica-se que a maior magnitude e intensidade de conflitos armados intraestatais, ocorreu durante o período das descolonizações¹⁶ (1960 a 1975), tendo sofrido contudo um crescente impulso nos anos oitenta, por motivos de ordem interna dos Estados e atingindo os valores mais elevados do século XX no início dos anos noventa, embora em 1991 tenha sofrido um forte revê e diminuído em mais de 50%. A grande maioria destes conflitos deveu-se a causas sociais (étnicas, revolucionárias ou religiosas), mas principalmente por motivos de raiz independentista e de afirmação política (Idem, 21).¹⁷

O declínio económico verificado na África Subsariana ao longo da década de setenta e a conseqüente ruína dos mercados e dos bens disponíveis para consumo, foram os

16 Constata-se em termos de guerras “independentistas”, ligadas com os processos de descolonização, especificamente na África Subsariana a existência, neste período, de sete conflitos, nomeadamente: Angola (1961-1975); Camarões (1955-1960); Eritreia (1961-1991); Guiné-Bissau (1962-1974); Quénia (1952-1963); Madagáscar (1947-1948); Moçambique (1965-1975) e Namíbia (1975-1990). Nestes países, constata-se também que salvo raras excepções (Madagáscar e Namíbia), a instabilidade interna nestes Estados mantém-se até aos nossos dias (Marshall e Gurr, 2005, 46).

17 Referindo-se os autores particularmente à actual realidade na África Subsariana, são identificados actualmente 17 países com um elevado índice de probabilidade de ocorrência de conflitos e 19 com uma probabilidade considerada mediana, restando nove países que apresentam índices de estabilidade aceitáveis (África do Sul, Benim, Botswana, Malawi, Mali, Mauritânia, Namíbia e Suazilândia) (Marshall e Gurr, 2005, 4).

aspectos que marcaram na vertente económica, a nova ordem pré-colonial na região, contribuindo para a instabilidade dos mercados, das economias e dos Estados. Por via do enfraquecimento dos factores de poder do Estado, foram criadas as condições de ingovernabilidade que conduziram ao aparecimento de múltiplos conflitos regionais; nos locais onde a liderança local era forte, o grau de insurgimento foi maior e os conflitos tomaram outras proporções. Este aspecto levou localmente à “substituição” da entidade Estado por poderes regionalizados, autóctones, emergentes e que passaram a ter uma outra visibilidade, influência e acrescida importância no contexto regional, levando a sociedade internacional a considerá-los na análise do xadrez político e a considerar a sua inclusão nas possíveis soluções para a resolução do conflito.

Em suma, a conflitualidade nesta região constitui-se numa forma atípica de conflitos, principalmente em relação aos padrões ocidentais, razão pela qual (por factores e causas dispare), é dificilmente estudada e compreendida pelo mundo ocidental. Face aos padrões de comparação ocidentalizados, estes conflitos constituem-se numa equação ainda por decifrar, com motivações distintas, actores vários e múltiplos catalisadores específicos, repercutindo-se na dificuldade de compreensão, actuação e no emprego de modelos de análise e resolução predefinidos pela sociedade internacional.

A “nova” conflitualidade na África Subsariana

A alteração do tipo predominante de conflitos, em especial em espaços onde a crise de soberania conduz a afinidades de outro cariz – seja em torno da religião, da língua, etnia, cultura ou de outros factores ou interesses –, permite a congregação de vontades, em torno de um dado «senhor da guerra» que, nessa região assume o papel do próprio Estado. Este factor complica substancialmente o cenário quando surgem num mesmo espaço, vários destes poderes autónomos que se digladiam pelo acesso ao poder (Cardoso e Ferreira, 2005, 13).

A emergência de novos actores com outros objectivos, inovadoras técnicas e formas de gerar o medo e com outras fontes de financiamento (diamantes, petróleo, tráfico de droga e de armamento, etc.), criou uma maior complexidade e abrangência à conflitualidade nestes cenários, levando muitos autores a identificar uma “nova” e assimétrica dimensão da conflitualidade para estes fenómenos. Esta crescente complexidade nos conflitos Subsarianos e o surgimento de novas ameaças transnacionais e assimétricas à segurança em África, colocam actualmente as questões relacionadas com a gestão de conflitos,

principalmente na sua forma de prevenção e resolução no cerne dos processos de integração e desenvolvimento regional no continente africano. Esta mudança da natureza dos conflitos fez surgir, também nesta metade sul do continente africano, vários novos actores,¹⁸ o que dificulta ao mecanismo internacional o estabelecimento de padrões eficientes de ajuda humanitária, do estabelecimento de relações diplomáticas credíveis ou mesmo para negociar a resolução pacífica dos conflitos, dentro dos modelos que vinham sendo aplicados noutras partes do globo.

Os conflitos africanos passaram a ser notícia nos meios de comunicação internacionais, não só pela crueldade das imagens que produziam e pelo grau de violência associado, como pela excentricidade destes novos actores regionais e dos seus procedimentos operacionais, afectando o Sistema Político Internacional, em toda a África, especialmente na região Subsariana, pois, como frisa Adriano Moreira, “...sendo em África, afecta todo o Mundo”. Por esse motivo, a África Subsariana está a tornar-se numa região extremamente conflituosa¹⁹ e muito volátil (especialmente quando nos referimos às constantes mudanças de governos, ao surgimento repentino de conflitos regionais e ao refluxo das economias e das populações), onde as fronteiras geográficas traçadas nos mapas da geopolítica, não correspondem às fronteiras étnico-culturais vigentes. Estes aspectos singulares originam, conseqüentemente, um atrito entre os que estão na fronteira do espaço que lhes pertence por tradição e do espaço que ocupam por obrigação.

Este aparentemente singelo, mas extremamente relevante aspecto, origina uma constante conflitualidade entre povos, raças e até religiões, no espaço intra e extra estatal, que aliada à luta desenfreada pelo acesso privilegiado aos “recursos de conflito”²⁰ e ao poder, constituem os factores genericamente aceites para ser considerada a região do continente africano onde o número de conflitos aumenta e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) diminui. Devido a este paradigma, as NU vêm intervindo nas regiões da África

18 Como “novos” actores nestes conflitos entende-se, por exemplo, os grupos rebeldes, os «senhores da guerra», ONG’s e as empresas multinacionais, entre outros (Cardoso e Ferreira, 2005, 13).

19 Foi nesta região que ocorreram os mais sangrentos conflitos regionais da história mais recente da humanidade (Serra Leoa - 1991, Libéria - 1989-1996, Ruanda - 1994, República Democrática do Congo (RDC) - 1997-2003, Angola - 1975-1997) e é também nesta região que estão actualmente localizados os maiores conflitos regionais da actualidade (Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Darfur, Etiópia e Eritreia).

20 Refere-se particularmente aos recursos naturais que, numa dada região, país ou conflito, são os geradores de tensões e conflitos focais entre grupos (petróleo, diamantes, gás natural, etc.), associados normalmente à sua posse, controlo de rotas de acesso e distribuição, bem como ao controlo da exclusividade do seu comércio.

Subsariana, com maior frequência e intensidade²¹ do que em qualquer outra parte do mundo, procurando desenvolver estratégias de apoio ao desenvolvimento regional, em linha com as preocupações globais e estratégias definidas na “*Cimeira do Milénio*” (2000) e já em execução por via dos já aludidos, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A transnacionalidade dos problemas securitários na África Subsariana, deriva em grande parte, como vimos, da permeabilidade das fronteiras dos Estados africanos e da sua exiguidade como garante do desenvolvimento sustentado e da segurança regional. Estes factores aliados à atribulada geopolítica do espaço que ocupam, faz com que exista uma pluralidade de variáveis na complexa equação da actual segurança regional, tornando difícil uma análise sistémica englobada em modelos padronizados de análise de conflitos ocidentalizados, pois em África “*cada conflito é um conflito...*”.

A regionalização dos instrumentos de gestão dos conflitos e a complexidade crescente das variáveis em jogo nos conflitos subsarianos, traz para a actualidade a necessidade de se aprofundar o estudo destes fenómenos, com vista à correcta determinação das suas causas e consequências, no intuito de prevenir o futuro da segurança na região, no continente e do mundo. Esta solução passa por regionalizar as análises e os mecanismos de intervenção, e globalizar os sistemas de apoio à gestão do conflito e de ajuda ao desenvolvimento, antes, durante e após a ocorrência desses conflitos.

A análise da conflitualidade regional na África Subsariana torna-se ainda mais complicada, quando se tem em conta que num grande número de casos o conflito acaba por dar origem às causas que o geraram, enfraquecendo ainda mais os Estados, aprofundando clivagens étnicas, rompendo fronteiras e provocando a destruição das suas estruturas governativas, sociais e económicas, assistindo-se assim a um círculo vicioso, em que na procura da paz e da estabilidade regional, encontra-se muitas vezes a violência gratuita e a insegurança generalizada.

As causas da “nova” conflitualidade. Uma sistematização possível...

Determinar as “*rootcauses*” de um conflito é um exercício que requer um enorme rigor científico e a participação multidisciplinar de especialistas em vários domínios,

21 Em 30 de Setembro de 2005, a missão na RDC (*United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo – MONUC*), tinha no terreno um total de 18.800 homens, dos quais, 15.369 militares, constituindo-se como a maior operação realizada nos 60 anos de existência das NU (*Global Peace Operations*, 2006, 73 e 142).

não só das ciências humanas mas também das ciências naturais e exactas. Essa análise torna-se mais complexa quando se aborda um conflito numa dada região do globo onde os actores, as motivações, os valores em causa, os processos e os efeitos, são diferentes dos tipicamente padronizados pelo mundo ocidental, para outros conflitos, em outras áreas do globo.

Alguns autores, nesta tentativa de compreensão, sistematização e de análise dos conflitos, optam por listar as causas que teriam (segundo eles) conduzido a um conflito e sobre essas causas, elaboram estratégias de prevenção, tendentes a contribuir para uma maior segurança regional, garantindo assim uma mais correcta sistematização da sua análise (Roque et. al., 2005, 19). Neste âmbito, constata-se que na África Subsariana “...a fragilidade de alguns Estados, os conflitos de natureza intraestatal, o fenómeno do terrorismo à escala global, a imigração ilegal, a subversão, os crescentes índices de grande criminalidade em áreas urbanas, constituem alguns destes factores de instabilidade que preocupam a comunidade internacional...”,²² conferindo assim uma dimensão abrangente das razões destes conflitos, que confluem na inadequação do Estado africano para resolver os problemas que transversalmente abrangem a actual sociedade africana.

Para alguns autores, o Estado e a sua falência como entidade, são a origem directa dos problemas securitários e de subdesenvolvimento, derivando da sua falta de capacidades e principalmente de soberania, outros fenómenos políticos e sociais que tendencialmente degeneram em conflitos regionais, transportando insegurança não só para África, mas por via da globalização, para todo o mundo. Em complemento, outros autores advogam ainda que as causas dos conflitos em África são diversas, que o Estado africano é uma dessas causas. No entanto, a natureza social, religiosa, militar e política desses conflitos, faz com que seja possível identificar outras causas tão díspares como a luta pelo acesso ao poder, o controlo de recursos naturais rentáveis, a luta pelo domínio de determinada região, fronteira ou rota, o controlo da costa e dos portos, o fanatismo religioso, a proliferação de santuários e ainda o tráfico de pessoas e de armamento.

Apresentam-se em seguida algumas dessas causas, associando-as numa modesta tentativa de sistematização, de acordo com a sua origem e a predominância nos conflitos regionais, procurando-se fazer uma seriação, sabendo contudo como é volátil afirmar que uma determinada causa num dado conflito é eminentemente de origem interna ou externa, quando as fronteiras são tão ténues ou simplesmente não existem.

22 Alocução do Sr. Tenente-General Pinto Ramalho, Ex-Director do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), na cerimónia de abertura do Seminário Internacional subordinado ao tema: “Cooperação Portuguesa em África. Vectors de Dinamização da Política de Segurança e Defesa Nacional”, realizado em 27 de Abril de 2006, no IESM.

As causas internas dos conflitos regionais na África Subsariana

Quando procuramos determinar as causas internas²³ num conflito, tendencialmente olha-se para o Estado e para os seus atributos primordiais, procurando-se na falência desses atributos algumas dessas causas, normalmente relacionadas com a insegurança, a falta de condições básicas e o subdesenvolvimento das suas populações. Associado ainda às características do Estado africano, aparece o termo “*good governance*”.²⁴ Esta terminologia é apresentada como a questão chave que transversalmente abrange as valências do Estado, residindo no seu apoio e no fortalecimento o investimento estratégico da sociedade internacional em África (Cardoso e Ferreira, 2005, 44).

Alguns autores referindo-se às causas endógenas dos conflitos africanos, afirmam que estas têm raízes nas contradições entre os modos tradicionais e os requisitos do Estado moderno. A designada «nova ordem» democratizadora ao ter assumido uma liderança e política pré-colonial, entraria em colisão com os princípios tribais, bem enraizados na África Subsariana e que, no choque entre as “elites” e os “sistemas”, estariam algumas das causas geradoras de muitos dos conflitos regionais que ocorreram no período pós-descolonização e que prevalecem actualmente...

Associado ainda ao processo atribulado de descolonização, surgem problemas políticos, estruturais no aparelho estatal, económicos e sociais, que os Estados descolonizados não souberam acautelar e que os colonizadores não quiseram ou não puderam prevenir. Conjugando estes factores com a inexperiência governativa, a falência das suas economias, o desvio de recursos naturais e o forte investimento no aparelho militar,²⁵ os Estados criaram as condições que levaram ao insurgimento popular por um lado, ao surgimento de grupos armados por outro e ao aparecimento de um elevado grau de

23 Entende-se como causas internas dos conflitos aquelas que derivam de factores endógenos ao próprio Estado e consequentemente às suas dinâmicas: política, social, económica, religiosa e militar, o que só por si abrange grande parte das causas que são a raiz dos actuais conflitos regionais em África.

24 Entende-se como “*good governance*” (boa governação), o conjunto de acções levadas a efeito por aquele Estado que procura garantir a segurança interna e externa do país; o Estado de Direito, incluindo o respeito pelos direitos humanos e pelas minorias étnicas, os serviços públicos essenciais, uma boa gestão financeira, os direitos de propriedade, o respeito pelos contratos, as políticas voltadas para o desenvolvimento económico e social, a participação dos cidadãos e a sua lealdade ao Estado (Cardoso e Ferreira, 2005, 44).

25 Para Francis Fukuyama, corroborando a opinião de Douglass North, as sociedades caem sistematicamente em armadilhas cognitivas, não compreendendo que ficaram para trás ou “*diagnosticaram erradamente as causas do seu subdesenvolvimento, não sendo capazes de emular os modelos que lhes foram apresentados ao longo dos tempos*”. Referindo-se concretamente à África Subsariana, refere a propósito que “*...a violência endémica e a competição militar não levaram à formação do Estado, mas sim ao caos e ao colapso social...*” (2006, 111).

insegurança e subdesenvolvimento generalizado. Estes aspectos são sistemática e recorrentemente referidos como os motivos que originaram e continuam a originar a cisão entre o Povo e o Estado, reflectindo-se na actual realidade social e governativa africana.

As causas externas dos conflitos regionais na África Subsariana

As causas externas são as que surgem no exterior do próprio Estado e que se constituem numa fonte de ignição ou catalisador do conflito interno, aquelas que directa ou indirectamente participam no desenvolvimento do mesmo, quer fornecendo apoio logístico ou moral, ou mesmo acolhendo apoios de determinada facção, tendo quase sempre em vista tirar vantagem do desfecho do conflito. Na África Subsariana, com a permeabilidade das fronteiras e a geopolítica dos grupos étnicos que a povoam, torna-se quase imperceptível se o conflito que envolve determinados grupos ou clãs, se circunscreve às fronteiras de um só Estado, pois muitas vezes os limites do conflito são os limites dos meios disponíveis e principalmente dos interesses vigentes. As fronteiras que limitam as intervenções das Organizações Internacionais (ONU, UE), não podem ser na grande maioria dos casos, coincidentes com as linhas de fronteira dos conflitos, pois estes estendem-se por regiões, países, desertos e fronteiras, que não coincidem com as geopoliticamente definidas na cartografia vigente.

Os factores de ordem interna, como a pobreza, a instabilidade política e a corrupção generalizada, herdados da década de oitenta, devido às agitadas transformações simultaneamente política, económica, institucional e social, ocorridas desde então nos Estados africanos, vem mostrando que “...o desenvolvimento residual realizado a várias velocidades, não permitiram um crescimento homogéneo do continente africano.” (Roque et al., 2005, 19-20). Estes desequilíbrios e clivagens internas induzem a desequilíbrios e desigualdades externas, originando fluxos de população, de refugiados (normalmente em busca de melhores condições de vida e fugindo aos conflitos e à mortandade) e sendo simultaneamente causa e consequência de conflitos étnicos e sociais, mais ou menos graves, de acordo com a incidência geográfica desses fenómenos migratórios.

Noutro prisma, as ameaças transnacionais (que se revelam nos dois lados da fronteira) associados a novos poderes que emergem pela necessidade de controlo de determinadas regiões estrategicamente importantes, fez emergir a necessidade de se considerar a intervenção ao nível destes poderes paralelos ao Estado em regiões intra e extra fronteiriças, que criem condições para a intervenção dos agentes estabilizadores, pois que

para os primeiros, a desordem e a desestabilização são os ambientes fomentadores das suas actividades ilícitas.

As outras causas...

A segurança africana tem como pilar fundamental as suas Organizações Sub-Regionais Africanas, recaindo nestas o ónus da activação das componentes operacionais da União Africana (UA). No âmbito da prevenção e resolução de conflitos, estas organizações regionais, estão inseridas numa “*Arquitectura de Segurança e Defesa Africana*”,²⁶ em que intervêm directa e indirectamente os Estados, as Organizações Internacionais, e especialmente a ONU. Esta panóplia de actores transnacionais,²⁷ intervêm com o papel de responsável primário face ao Direito Internacional, pela paz e pela segurança a nível internacional, garantindo uma legitimidade que de outra forma dificilmente seria possível obter. Assim, na gestão de cada conflito, a participação deste e de outros actores, são também fonte de interesses nem sempre partilhados e inteiramente compatíveis. Neste

26 A “*Arquitectura de Segurança e Defesa Africana*”, ou também designada por “*Arquitectura de Paz e Segurança Africana*”, funcionando como um sistema continental de segurança, apresenta actualmente dois níveis aparentemente diferentes mas perfeitamente interligados: o nível regional que é protagonizado pela principal organização pan-africana (União Africana); no topo e interdependente, um segundo nível (sub-regional), onde se inserem as cinco Organizações Sub-regionais Africanas, envolvendo todos os países do continente africano. A União Africana adoptou desde a sua criação (Cimeira de Lomé, 2000) e principalmente desde a sua efectiva operacionalização (2002), uma postura mais activa face à inoperância da sua antecessora, a Organização de Unidade Africana (OUA), criando estruturas e mecanismos que visam garantir um nível aceitável de sucesso na gestão de conflitos regionais e tornando-se, o ponto de apoio preferencial para as estratégias de cooperação no âmbito da segurança e defesa para África. Assim, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) estabeleceu um sistema de alerta continental, o “*Continental Early Warning System*” (CEWS), ligado a unidades implantadas no terreno que acompanham e monitorizam determinada situação de tensão numa região, estando em interligação com outros mecanismos complementares no nível sub-regional. Este mecanismo permite prever e accionar medidas com vista a alertar e a prevenir os conflitos militares regionais em África, ainda na sua fase ascendente, quando é possível e desejável uma intervenção precoce em ordem a prevenir a sua evolução disruptiva. Este sistema funciona como uma rede de alerta, pretende ser o indicador mais fiável da UA e da Comunidade Internacional para avaliar o nível de ameaça e da eclosão dos conflitos internos nos Estados africanos, bem como acompanhar o desenvolvimento de uma determinada crise emergente. Em complemento, outros órgãos como o “*Comité Militar*”, o “*Painel de Sábios*”, o “*Fundo Especial para a Paz*”, a criação do “*Centro Africano de Estudos e Pesquisas sobre o Terrorismo*” (CAERT) e principalmente as “*African Standby Force*” (ASF), complementam a Arquitectura de Segurança e Defesa Africana para o século XXI.

27 A intervenção de actores transnacionais, ou seja, aqueles actores não-estatais que actuam através das fronteiras é, segundo Joseph Nye Júnior, uma das características interligadas às questões económicas e dos conflitos regionais (2002, 244).

puzzle de interesses conjugados, pode encontrar-se algumas das causas para a inépcia no controlo e na deficiente gestão dos conflitos regionais africanos, pois a interacção destes actores pode até, em casos extremos, ser factor potenciador de tensões²⁸ internas nos Estados e nas Organizações Regionais Africanas.

O número de actores e o volume de interesses em África são cada vez maiores e a perspectiva futura do acesso a determinados recursos estratégicos, passa pelo Conselho de Segurança das NU, pelo Senado nos EUA, pela estratégia agressiva da China, pela Rússia e por Bruxelas, a sede da UE. Por todos estes motivos, assiste-se a uma intervenção crescente em África, advindo daí maior segurança e desenvolvimento sustentado de longo prazo para a região, mas também aumentando as disputas e potenciando o surgimento de conflitos de interesses na região. Contudo, constata-se que outros fenómenos e ameaças transnacionais se têm deslocalizado também para estes espaços, fazendo com que outros interesses sejam colocados nos conflitos por entrepostos actores, fomentando a continuidade e até o agravamento da insegurança regional. Neste particular, importa reter que factores como o terrorismo, a proliferação do tráfico de pessoas, armas e droga, é facilitado pela prevalência de factores de instabilidade em regiões onde se jogam estes puzzles de interesses.

Uma sistematização possível...

Tão difícil como compreender um conflito em África, definindo as suas “*rootcauses*”, contextualizando os actores, motivações, consequências para o Estado africano, sociedades e fazendo a prospecção de cenários geoestratégicos e geopolíticos, concebendo uma intervenção estratégica dos actores multinacionais, é efectivamente sistematizar as causas profundas desses conflitos. Este ensaio apresenta uma tentativa de sistematização dessas causas, sabendo antecipadamente que a fronteira entre causas internas e externas nem sempre é consensual e que, como já referimos, em África “cada conflito é um conflito”, não existindo, por esse motivo, identidade e matriz própria na conflitualidade, resultando numa amálgama de causas difusas que caracterizam transversalmente a conflitualidade na região Subsariana, carecendo pois de uma análise sistémica, multidisciplinar, abrangente

28 No recente conflito do Sudão (Darfur), a presença de Forças Militares da União Africana tem sido fortemente contestada pelas partes em confronto, levando à inclusão, numa solução híbrida, de capacetes azuis da ONU, operando conjuntamente com a UA.

e próxima, pois que para se perceber as causas tem de se perceber a amplitude do conflito e para se perceber o próprio conflito tem de se perceber as suas “*rootcauses*”.

As causas internas *versus* as causas externas apresentadas, simbolizam a dinâmica entre as permeáveis fronteiras dos Estados africanos, pois a dificuldade da sua interpretação surge precisamente desta descontinuidade e da fluidez do espaço que conjuntamente representam. Como refere Teresa Whelan relativamente ao “African Environment”, a região Subsariana continua enfrentando constantes problemas de insegurança, políticos e económicos, resultantes de constantes crises estatais. Contudo, o seu maior problema resulta da incapacidade em resolver os problemas de insegurança interna, da aplicação da lei do Estado de Direito e principalmente da defesa das suas fronteiras (2006, 64). Refere ainda a este propósito, que o que é manifestamente relevante é a “ingovernabilidade” dos espaços de fronteira entre os conflitos e o Estado e a inoperância verificada entre os Estados afectados pelos conflitos regionais transfronteiriços, o que nos leva a olhar para as Organizações Regionais e Sub-Regionais Africanas como as entidades supranacionais capazes de intervir por excelência ao nível da prevenção, da resolução dos conflitos e mesmo da reconstrução pós conflito, assumida na vertente do apoio ao desenvolvimento sustentado em África.

Conclusões

A dinâmica evolutiva dos conflitos acompanhou a dinâmica da evolução dos Estados no período pós Guerra Fria, tendo-se assistido a uma mudança radical da sua intensidade e tipologia, transitando estes conflitos, maioritariamente, para o interior dos Estados. Por via desta “globalização” da conflitualidade regional, assistiu-se em África a uma fragilização das entidades “Estados” e das suas estruturas sociais, políticas e militares. Cumulativamente, a permeabilidade das fronteiras e a deficiente “*good governance*”, levou consequentemente a uma “crise” de soberania do Estado Africano. Este aspecto causa uma perturbação no Sistema Político Internacional, revelando-se uma permanente ameaça transnacional à segurança global. A nova geopolítica dos conflitos em África, associada à crise do Estado africano, tem levado a Comunidade Internacional a intervir crescentemente neste continente, com vista a contribuir para a segurança humana e desenvolvimento sustentado, sendo na África Subsariana que a sociedade internacional, por via maioritariamente das NU e da UE, tem vindo a intervir com maior frequência e intensidade.

A transição entre o pré e o pós-colonial, não só no aspecto territorial, mas em outros domínios (económico, político, no tecido social e na gestão dos recursos naturais, principalmente os estratégicos), tem contribuído para a perfunção de conflitos na região Subsariana, tendo o Estado africano assumido o ónus deste fenómeno conjuntural. Noutra visão mais ampla, as causas dos conflitos em África podem ir desde questões de ordem social, religiosa, militar e política, assistindo-se por norma às combinações destes agentes, levando a que para cada conflito não exista apenas uma única causa, mas uma complexidade de factores que tornam esta equação de difícil compreensão para a “nova” ordem internacional, principalmente se utilizar os padrões ocidentais de comparação e de análise. A sistematização apresentada resulta da necessidade de se analisar os conflitos regionais de uma forma multidisciplinar, com um enfoque particular nas “*rootcauses*”, advindo daí as causas internas, externas e outras causas. Consta-se que, por princípio, a razão da fronteira física não é limitadora, mas sim orientadora das motivações que explicam os conflitos regionais na África Subsariana.

Em suma, podemos afirmar que no continente Africano e mais concretamente na África Subsariana, constata-se a existência de uma complexidade de causas intrínsecas que caracterizam transversalmente os conflitos na região, que apresentam uma tipologia própria, normalmente associados a uma amálgama difusa de “*rootcauses*”, de carácter interno e externo de matriz indiferenciada, assentando directa ou indirectamente na falência do Estado africano, embora também se constate que “cada conflito é um conflito...”.

Este importante paradigma conjuntural que caracteriza actualmente a conflitualidade no continente africano tem contribuído para que esta região seja considerada uma das regiões mais perigosas do mundo, congregando mais conflitos regionais do que o somatório de todos os conflitos nas restantes partes do globo e concentrando, por esse motivo, a atenção e o esforço na procura da paz e do desenvolvimento sustentado da Comunidade Internacional.

Bibliografia

BEST, Shedrack Gaya (2005) - *Introduction to Peace and Conflict Studies in West Africa*. Spectrum Books Limited, Abuja, UPEACE Africa programme. ISBN 9977-925-40-2.

BONIFACE, Pascal (2000) - *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Plátano, ISBN 972-707-249-6.

CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia (2005) - *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto Estudos Estratégicos Internacionais. ISBN 972-8109-34-2.

COLLIER, Paul (2004), *Reducing the Global Incidence of Civil War: A Discussion of the Available Policy Instruments*. Internationale Weiterbildung, Berlim, Disponível em: [http://www.inwent.org/capacity_building/Reducing the Global Incidence of Civil War A Discussion of the Available Policy Instruments.htm](http://www.inwent.org/capacity_building/Reducing%20the%20Global%20Incidence%20of%20Civil%20War%20A%20Discussion%20of%20the%20Available%20Policy%20Instruments.htm)

CORDELLIER, Serge e DIDOT, Béatrice (2005) - *L'État du Monde - Annuaire Économique Géopolitique Mondial 2005*. Paris: Éditions La Découvert. ISBN 2-7071-4394-4.

CRAVINHO, João Gomes (2002) - *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais. ISBN 972-671-093-6.

CRAVINO, Janete (2005) - *Conflitos Internos - Resolução de Conflitos*, Lisboa: Revista Militar, Nº 11, 57º Volume, II Série, Novembro de 2005, p. 1183-1202. ISSN 0873-7630.

DADDIEH, Cyril et MENGISTEAB, Kidane (1999) - *State Building and Democratization in Africa: Faith, Hope and Realities*. Westport, Connecticut Library of Congress Cataloguing - in-Publication Data. Praeger Publications. ISBN 0-275-966353-5.

DEMPSEY, Thomas (2006) - *Counterterrorism in African Failed States: Challenges and Potential Solutions*, New York: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2006, ISBN 1-58487-238-1.

DIEHL Paul F. (2005) - *War*. Sage Library of International Relations, British Library, 6 Volumes. ISBN 1-4129-0373-4.

FARIA, Fernanda (2004) - Occasional Paper nº 55- Novembre 2004- *La Gestion des Crises en Afrique Subsaharienne - La rôle de l'Union européenne*. Paris: Institute d'Études de Sécurité de la Union Européenne, ISBN 92-9198-064-1.

FISAS, Vicenç (2004) - *Cultura de Paz y Gestión de Conflictos*. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição. ISBN 84-7426-357-3.

FUKUYAMA, Francis (2006) - *Depois dos Neo-Conservadores - A América na Encruzilhada*. Lisboa: Editora Gradiva, 1ª Edição. ISBN 989-616-148-8.

GRESH, Alain, et al (2006) - *L'Atlas du Monde Diplomatique*, France: Le Monde Diplomatic, ISBN 0026-9395.

GRESH, et al. (2005) - *Atlas da Globalização*. Lisboa: Gráfica Europa, Lda., ISBN 972-8610-16-5.

GRESH, Alain, et al (2004) - *Atlas da Globalização - Le Monde Diplomatique*. Lisboa: Campo da Comunicação, ISBN 972-8610-16-5.

HUGON, Philippe, (2005) - *L' Année strategique 2005,- Strate'co: analyse dès enjeux internationaux*, Pascal Boniface (Dir.), IRIS, Paris. ISBN 978-2200268084.

HUNTINGTON, Samuel P. (2001) - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva. Novembro 2001. ISBN 972-662-652-8

KEEGAN, John (2006) - *Uma história da Guerra*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, ISBN 972-8955-14-6.

KINGEBIEL, Stephan (2005) - *African's New Peace and Security Architecture*, African Security Review, Volume 14, 2005, nº 2, Disponível em: <http://www.iss.co.za/ASR/14No2/FKlingebiel.htm>.

KISSINGER, Henry (2002) - *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2ª Edição. ISBN 972-662-451-7.

LAKE, Anthony e WHITMAN Christine Tood (2006) - *More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa*, USA: Independent Task Force Report nº 56, Council on Foreign Relations, ISBN 0-87609-353-5.

MARSHALL, Monty G. e GURR, Ted Robert (2005) - *Peace and Conflict 2005 - A Global Survey of Armed Conflicts, Self-determination Movements, and Democracy*, USA: Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), April 2005, University of Maryland.

MIALL, Hugh et al. (2004) - *Contemporary Conflict Resolution*, Cambridge: Rex Features, 5ª Reprodução. ISBN 0-7456-2035-3.

MOITA, Luís (2004) - *A guerra e a paz nos nossos dias. "Janus 2005"*, Lisboa: Jornal "O Público" e Universidade Autónoma de Lisboa, ISBN 972-8892-28-4.

MOREIRA, Adriano (2002) - *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 4ª Edição. ISBN 972-40-1771-0.

NEY, Joseph S. Jr. (2002) - *Compreender os Conflitos Internacionais - Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos)*. Lisboa: Editora Gradiva. ISBN 972-662-845-8.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (Coord.) (2005) - *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, ISBN 972-762-268-2.

RENNER, Michael (2005), *State of the World 2005- Redefining Global Security*. New York: The World Watch Institute. ISBN 0-393-06020-9.

ROQUE, et al. (2005) – *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*. Lisboa: Almedina. ISBN 972-40-2526-8.

SANTOS, General Loureiro dos (2006) – *O Império Debaixo de Fogo (Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar)*, Lisboa: Publicações Europa-América. ISBN 972-1-05-668-5.

SHULMAN, Mark R. (2006) – *The Proliferation Security Initiative as a new paradigm for Peace and Security*. New York: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. ISBN 1-58487-240-3.

SOARES, Maria Fernanda e FERREIRA, Vitor Wladimiro (Dir.) (2000) – *Grande Dicionário Enciclopédico*, Clube Internacional do Livro, 12 Tomos. ISBN 972-97003-5-4

SOUSA, Fernando de (Dir.) (2005) – *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0752-2.

WALLENSTEEN, Peter e HARBOM, Lotta (2005) – *Armed Conflict and Its International Dimensions, 1946-2004*. London: Journal of Peace Research, Volume 42 – nº 5, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, Disponível em: [http://info.uu.se/press.nsf/166B1EC86A3FAF93C125706D0037D2E3/\\$File/JPRarticle.pdf](http://info.uu.se/press.nsf/166B1EC86A3FAF93C125706D0037D2E3/$File/JPRarticle.pdf)

WALLENSTEEN, Peter (2004) – *Understanding Conflict Resolution, War, Peace and the Global System*, New Delhi: SAGE Publication. ISBN 0-7619-6667-6.

WHELAN, Teresa (2006) – Africa’s Ungoverned Space. *Revista Nação e Defesa nº 114: Segurança na África Subsariana* Instituto da Defesa Nacional, 3ª Série, Verão 2006, ISSN 0870-757X.

WILLIAMS, Rocky (2005) – *African Armed Forces and the challenges of Security Sector Reform*. UK: Journal of Security Sector Management, Disponível em: https://ssronline.org/josssm/issues/josssm_Sp_04_rocky_african_armed.pdf.

VÁÏSSE, Maurice (2005) – *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-1224-5.

VIANA, Vítor (2002) – *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional. ISBN 972-762-241-0.

Manuais, Teses, Livros Técnicos

African Economic Outlook 2005/2006 (2006), *Organisation For Economic Cooperation and Development*, OECD Development Centre, 2006, ISBN 92-64-022449-X.

Global Peace Operations 2006 (2006) – *Annual Review of Global Peace Operations*. London: Lynne Rienner Publishers. ISBN 1-58826-441-6.

Human Security Report 2005 (2005) – *War and peace in the 21st century*, Human Security Center. New York: Oxford University Press, Inc, ISBN 13 978-0-19-530739-9, Disponível em: <http://www.humansecurityreport.info/content/view/28/63/>.

Missões Paz África – Building African Regional Capacity for Peace Operations – The Henry L. Stimson Center, [em linha] [Consultado em 10 Setembro 2006]. Disponível em: <http://www.stimson.org/fopo/? SN=FP20021018422>

Sites Internet

ECA – *Economic Commission for Africa* – United Nations [em linha]. [Consultado em 16 Abril 2006]. Disponível em: <http://www.uneca.org/>

FOUND FOR PEACE – *Fundo para a Paz* [em linha]. [Consultado 26 Junho 2006]. Disponível em: <http://www.fundforpeace.org/>

IDH2006 – *Human Development Report 2006* [em linha] [Consultado em 5 de Setembro 2006]. Disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/report/HDR06-complete.pdf>

MISSÕES PAZ ÁFRICA – *Building African Regional Capacity for Peace Operations – The Henry L. Stimson Center*, [em linha] [Consultado em 10 Setembro 2006]. Disponível em: <http://www.stimson.org/fopo/? SN=FP20021018422>

UA – *African Union* [em linha]. [Consultado em 7 Abril 2006]. Disponível em: <http://www.africa-union.org>

UE-ÁFRICA – *La Strategie de L' UE pour l'Afrique: Vers un pacte euro-african pour le development de l'Afrique* [em linha] [Consultado em 10 Setembro 2006]: http://www.issafrica.org/AF/RegOrg/unity_to_union/pdfs/europe/eutratafroct05fr.pdf